

Ex.ma Senhora Governadora Civil do Porto
Maria Isabel Coelho Santos
Rua Gonçalo Cristóvão, nº 373
4000-270 Porto

Na resposta indicar as referências deste ofício

N/Ref: SN/ 52

V/Ref:

Processo:

Data: 14 Junho 2010

Assunto:

Estamos hoje confrontados com uma crise económica e social que atinge todos os cidadãos e de forma mais evidente aqueles que menos têm. O desemprego é crescente e torna-se cada vez mais insustentável. Registam-se, simultaneamente desequilíbrios nas Finanças Públicas em termos do défice orçamental e da dívida pública, bem como ao nível do endividamento externo.

Assistimos, nos últimos meses, a um ataque ao sistema financeiro internacional e às dívidas soberanas dos Estados, provocando aumentos nas taxas de juro, dificuldades no financiamento das economias mais vulneráveis e repercussões muito negativas, não só nos custos da dívida pública mas também nos empregos e nas famílias. Deparamo-nos com uma ameaça clara do desmantelamento do modelo social e com um ataque às prestações sociais que atingem os mais débeis dos pobres e os desempregados, ataque esse que acreditamos que seja para continuar.

Perante a gravidade desta conjuntura financeira e económica, todos os Estados, particularmente os da União Europeia, e em concreto o Governo Português, têm procurado respostas de urgência que combatam aqueles problemas, não apenas ao nível conjuntural mas também ao nível estrutural. Ora, estas respostas têm tradução em medidas significativas que se abatem sobre todos os Portugueses.

Em particular, estas medidas revelam-se, em muitos casos, muito penalizadoras para os Trabalhadores da Administração Pública, em particular para os de mais baixos rendimentos (sejam assalariados ou pensionistas) que não podem ser chamados a, mais uma vez, suportar sozinhos a maior fatia das custas da consolidação orçamental.

Sendo mais específicos, podemos frisar algumas medidas cujos impactos têm especial relevo na vida dos trabalhadores da Administração Pública, nomeadamente:

- o congelamento dos salários verificado este ano, inaceitavelmente imposto, sem negociação, no seguimento de uma considerável perda do poder de compra entre 2000 e 2008, período em que os salários reais desceram 7,4%, é negativo para os trabalhadores, mas também para a economia portuguesa, que exige dinamização por via da exportação e pelo incentivo ao consumo interno

privado, pelo que exige a tomada de medidas que melhorem o poder de compra e não o contrário;

- as alterações negativas produzidas no estatuto da aposentação, com a ameaça à antecipação da convergência com o regime da Segurança Social no que respeita às penalizações, com a alteração à fórmula de cálculo das pensões, conduziram a que milhares de trabalhadores recorressem à aposentação e à aposentação antecipada, desprovendo os serviços de trabalhadores e quadros de qualidade e colocando em causa o funcionamento de alguns deles;

- o congelamento das admissões na Administração Pública Central e Local, depois de abandonada a regra de 2 por 1, não pode ser feito de forma desregrada e cega, uma vez que sectores como a Segurança Social, a Saúde e a Educação já hoje se debatem com dificuldades de resposta às necessidades das populações, como aliás a Sr.^a Governadora com certeza constata, devendo esta evidência conduzir o Governo ao reconhecimento da necessidade de envolver todos no esforço que é necessário para fazer face às dificuldades.

Além daquelas, o PEC e as medidas adicionais impostas aos trabalhadores da Administração Pública e aos pensionistas, reduzindo os salários por via do aumento da carga fiscal e reduzindo as deduções à colecta nas despesas de educação e saúde, conduzem a um claro empobrecimento dos trabalhadores aumentando o número daqueles que vivem no limiar da pobreza.

Estas medidas não atingem todos por igual e, mais uma vez, assistimos à ausência de outras medidas que evitem a acumulação de vencimento com pensões, que promovam o combate ao desperdício nas várias Administrações Públicas (Central, Regional e Local) e evitem o esvaziamento dos serviços públicos, as despesas supérfluas, as derrapagens em obras públicas, que procedam à taxação das mais-valias, prémios e bónus de gestores públicos.

Uma política fiscal mais justa, o combate à fraude e à evasão fiscal e o combate à economia paralela, a par de uma verdadeira modernização da Administração Pública, juntamente com uma racionalização efectiva dos seus gastos de modo a evitar desperdícios, nomeadamente com despesas desnecessárias ou insuficientemente justificadas, deveriam continuar a ser linhas de actuação prioritárias.

Conscientes de que são necessárias medidas que conjuntural e estruturalmente eliminem os factores de estrangulamento da nossa economia e do nosso desenvolvimento, entendemos, no entanto, que os Portugueses devem ter sinais claros de que este seu esforço vai ter resultados. Para o efeito, considera-se ser necessário o estabelecimento de mecanismos de escrutínio e controlo que permanentemente dêem conta dos impactos das medidas adoptadas, a curto, médio e longo prazo. Só assim se garantirá aos Portugueses que é possível voltar a ter esperança. É no emprego que poderemos encontrar o eixo central das políticas de recuperação e de crescimento, inclusive nesta fase de contenção orçamental que atravessamos.

Numa região como o Norte do País, onde o desemprego esta muito perto dos 50% do total do País, e onde o emprego público se situa abaixo da média nacional, importa sensibilizar o

Governo que o combate a este flagelo social também deve passar pela promoção do emprego público de qualidade e dando particular atenção aos mais jovens e aos menos qualificados, apostando na melhoria da sua formação e qualificação e intensificando o combate à precaridade, ao recurso ao *outsourcing* e à prestação de serviços.

Neste sentido, importa reconhecer que a negociação colectiva na Administração Pública é um instrumento privilegiado para incentivar a mudança e as alterações necessárias.

Convidamos o Governo a apontar claramente metas aos sacrifícios dos portugueses e a definir com maior transparência e clareza os seus objectivos. A disponibilidade da FESAP para encontrar qualquer compromisso só pode ser exequível se, por parte do Governo e dos restantes parceiros sociais, se verificar um discurso de verdade e de confiança.

Espera-se, por isso, uma inversão de atitude por parte do Governo no sentido de um verdadeiro exercício negocial no que respeita à gestão pública, reconhecendo o papel importante da FESAP enquanto parceiro negocial, prosseguindo a desburocratização e a simplificação administrativa, visando a melhoria da produtividade mediante, nomeadamente, a definição de objectivos para os serviços, apostando na Formação Profissional dos trabalhadores e na forte participação e motivação destes, de modo a que se sintam como um importante elo na cadeia que conduzirá à mudança.

A aposta em serviços públicos de qualidade e acessíveis a todos é um pilar fundamental de promoção de uma política activa de combate à pobreza e à grave crise que atravessamos.

O Secretário Coordenador da FESAP

Jorge Nobre dos Santos